

A DISSOLUÇÃO DOS ESTUDOS CULTURAIS: CONSENSO GENEALÓGICO E INDEFINIÇÃO EPISTEMOLÓGICA¹

Luís Mauro Sá Martino²

Resumo: *Desde o fim das atividades do Centro para Estudos Culturais Contemporâneos, vários pesquisadores procuram relacionar esse fato com problemas epistemológicos dos Estudos Culturais, em especial sua falta de unidade teórica e metodológica. Neste artigo, são examinados esses argumentos para sugerir que, de fato, é possível detectar a ausência de um programa teórico, doutrinário e epistemológico. No entanto, argumenta-se que essas indefinições, longe de serem um problema, são parte constitutiva dos Estudos Culturais, tal como pensado por seus criadores, e são responsáveis pela sua “dissolução” – entendida como “disseminação” – em várias áreas das Ciências Humanas, em especial a Comunicação.*

Palavras-Chave: *Estudos Culturais. Epistemologia. Teoria da Comunicação*

1. Introdução

Dia 27 de junho de 2002, o jornal britânico *The Guardian* publicou a seguinte notícia:

“A Universidade de Birmingham confirmou esta manhã que o Departamento, conhecido internacionalmente como o berço dos Estudos Culturais, estava de fato sendo reestruturado. Onze postos de trabalho foram cortados, deixando 210 estudantes que se formam em setembro próximo sem saber como será o seu futuro. Professores e funcionários foram informados via carta dia 20 de junho que o Departamento iria fechar ‘em sua forma atual’.

O departamento de Sociologia será reunido ao de Políticas Sociais e Serviço Social, enquanto o programa de estudos em Mídia, Cultura e Sociedade será absorvido pelo Instituto de Estudos Sociais Aplicados” (CURTIS, 2002).

O encerramento das atividades do Centro para Estudos Culturais Contemporâneos (na sigla em inglês, CCCS) da Universidade de Birmingham, quase uma década atrás, levantou uma questão entre vários acadêmicos a respeito dos motivos do fechamento. Em termos institucionais, o CCCS, já então rebatizado “Departamento de Estudos Culturais”, recebeu uma nota baixa na avaliação dos cursos universitários britânicos, o “Research Assessment Exercise”. Os graus vão do “5”, “Excelente”, até o “3a”, mais baixo. O Departamento

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Epistemologia da Comunicação” do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2009.

² Faculdade Cásper Líbero. Email: lmsamartino@gmail.com

recebeu um “3a” em 2002 e foi, segundo o comunicado oficial, “reestruturado” (BRABAZON, 2005; WEBSTER, 2004; MARSH, 2005).

Em linhas gerais, esses questionamentos seguiram duas linhas. O motivo oficial alegado para o encerramento foi o baixo desempenho do CCCS nos critérios de avaliação do Ensino Superior britânico – o CCCS recebeu nota abaixo da média. No entanto, para além dessa justificativa da própria universidade, uma outra questão foi colocada: em que medida o encerramento das atividades do CCCS pode ser relacionado com a validade – ou esgotamento – das propostas teórico-epistemológicas?

Para Webster (2004), por exemplo, tratou-se de um posicionamento ao mesmo tempo intelectual e político: por sua proposta anti/inter disciplinar, o Centro não atingiu os padrões de uma avaliação nacional. Nem poderia, porque os critérios de avaliação privilegiam o disciplinar e tradicional. Em resposta, Marsh (2005) argumenta que se tratou de uma decisão administrativa da Universidade, mas também identifica um problema epistemológico referente à falta de uma diferença específica que permitisse separar Sociologia e Estudos Culturais.

Ambos parecem concordar, portanto, que a ausência de referências teóricas, metodológicas e conceituais nos Estudos Culturais, de alguma maneira esteve relacionadas ao fim do Centro.

O objetivo deste texto é delinear essa ausência tomando como ponto de partida um paradoxo: embora, no ambiente acadêmico internacional, exista uma quantidade considerável de pesquisadores que se valem do repertório conceitual-metodológico dos Estudos Culturais, não parece haver consenso a respeito de *qual* é esse repertório.

Há certa concordância no que diz respeito à genealogia dos Estudos Culturais. No entanto, isso não é o bastante para estabelecer um cânone teórico, e essa unidade desaparece quando se trata de definir seus princípios teórico-metodológicos e práticos de pesquisa. A resolução parece estar na própria genealogia: a recusa, durante toda a trajetória do Centro, a uma definição epistemológica, o que significaria transformar os Estudos Culturais de uma prática dinâmica em um corpo estático de princípios.

Neste trabalho, a questão será delineada a partir desses três elementos. Em primeiro lugar, será apontada a relativa estabilidade de um discurso sobre a genealogia dos Estudos Culturais e o risco que isso implica para sua transformação em “disciplina”; em seguida, o foco incide sobre a indefinição epistemológica; finalmente, como a ausência de um cânone é

parte do projeto dos Estudos Culturais, que se estabelece mais como um quadro de referência na constituição de uma política da teoria e da pesquisa do que como princípios estritamente epistemológicos.

Uma nota: se a matriz teórica deste trabalho se utiliza mais das contribuições vindas de um espaço anglo-saxão, isso não significa, de maneira nenhuma, deixar de lado a significativa produção nacional na área – em uma referência mínima, bastaria mencionar os textos de Ana C. Escosteguy (2003), Erik Felinto (2007) e Antonio Hohfeldt (2008). Entende-se que a recepção crítica e apropriação dos Estudos Culturais nos estudos brasileiros de comunicação merece um estudo à parte, e incluí-los neste texto seria diminuir as potencialidades de análise e diálogo.

2. Genealogias e construção do objeto

Como nomear os Estudos Culturais? Área? Escola? Olhar interdisciplinar? Em sua modalidade mais simples, o problema começa no uso da expressão em qualquer texto. Quando se pensa em “Estudos Culturais”, do que é exatamente que se está falando? Dos textos escritos pelos fundadores? De um objeto específico? Na medida em que uma vasta gama de trabalhos pode ser realizada em vários departamentos universitários, lembra Rajan (2001) com metodologias diferentes, pressupostos teóricos que vão da antropologia à psicanálise e têm como objeto do grafitti e a mídia até a literatura, faz sentido chamar tudo isso de “Estudos Culturais”?

Além disso, na medida em que a prática dos Estudos Culturais se disseminou internacionalmente, pode-se perguntar de quais “Estudos Culturais” se está falando: dos britânicos, norte-americanos, europeus, latino-americanos? Nas livrarias é possível encontrar trabalhos que, com título semelhante – *Brisith Cultural Studies* ou *Latin-American Cultural Studies*, por exemplo – sugerem uma unidade que os capítulos não confirmam (PRESTON, 2006).

Pode-se iniciar o debate das questões sobre os Estudos Culturais jogando com a ambiguidade da palavra “dissolução”: algo que se dissolve não deixa de existir, apenas se mistura ao contexto. Se a palavra sugere tons apocalípticos, é porque o ponto de partida deste texto é o encerramento das atividades do CCCS – acontece após a incorporação seus pressupostos à pesquisa acadêmica, sobretudo na Comunicação. Em particular, a eleição dos

objetos de estudo considerados relevantes, sobretudo a incorporação do que se chamaria “cultura de massa” – pensada agora talvez em termos de “cultura da mídia” – à pesquisa acadêmica, bem como alguma flexibilidade teórico-metodológica sugere que determinados princípios dos Estudos Culturais encontraram espaço.

Antes de prosseguir, é necessário relativizar o impacto do fechamento dessa unidade acadêmica. A dissolução do CCCS na Universidade de Birmingham é o passo final em uma seqüência de movimentos que, desde os anos 1980, levou a prática dos Estudos Culturais, bem como alguns de seus principais representantes, para outras universidades britânicas e norte-americanas.

O principal movimento nesse sentido pode ser identificado com a transferência de Stuart Hall, líder do CCCS, para a Open University, em Londres, o que de certa maneira caracterizou um deslocamento não apenas na base geográfica, mas também no eixo das propostas do Centro. No lugar do vínculo com uma estrutura universitária, parece que o CCCS optou pela criação de um espaço com maior autonomia – a Open University oferece uma quantidade maior de cursos nas áreas de humanas, muitos das quais sem a necessidade de vínculo, alguns dirigidos a estrangeiros e outros que podem mesmo ser realizados à distância, uma proposta de disseminação do saber em alguma medida coerente com alguns pressupostos dos Estudos Culturais.

Assim, quando se fala em “Estudos Culturais”, parafraseando Freitag (1986), a referência é a um conjunto de estudos realizados em considerável medida fora de Birmingham.

A bibliografia introdutória a respeito dos Estudos Culturais, lembra Longhurst (2002), costuma apontá-los como uma “área interdisciplinar”, ou mesmo “indisciplinar”, criada na convergência de interesses de pensadores dos mais diversos espaços e formações acadêmicas, que tiveram em sua origem uma série de preocupações comuns tendo a cultura como centro. Em seguida, passa-se por uma descrição das atividades e interesses dos “pais fundadores” – Raymond Williams, Richard Hoggart, Edward P. Thompson – para se chegar às idéias de Stuart Hall e discutir algumas das propostas e métodos, em geral ressaltando o aspecto plural e anti-disciplinar desses estudos.

O estabelecimento de uma genealogia, de um percurso intelectual, a apresentação de propostas epistemológicas, modelos e teorias sugere uma unidade de preocupações, repertório conceitual e metodologias que, de certa maneira, termina por caracterizar os

Estudos Culturais como uma “escola teórica”, da qual se pode aprender a origem, o significado e os principais elementos de um instrumental metodológico.

Esse tipo de discurso genealógico, se é útil para situar as reflexões e os pesquisadores no tempo, por outro lado fixa uma história. O sentido epistemológico da genealogia é estabelecer as fronteiras do que pertence/pertenceu aos Estudos Culturais, e, com isso, delinea-se alguns contornos mais ou menos limitados.

É possível questionar se o sugerir os limites de uma área não se caminho de alguma maneira no sentido de engessar a pluralidade intelectual de um grupo de autores, resumindo-os a um grupo de proposições mínimas ou de propostas epistemológicas ou mesmo transformando conceitos dinâmicos e abertos em um instrumental metodológico operatório disponível para uso imediato.

De certa forma, pode-se comparar esse tipo de associação rápida com o que de vez em quando é feito com as ideias do grupo de pensadores reunidos sob o nome “Escola de Frankfurt”: as palavras “teoria crítica”, “apocalíptico”, “indústria cultural”, “frankfurtiano” e similares parecem servir, em alguns casos, para reduzir a complexidade e a vitalidade do pensamento de autores diversos, muitas vezes contraditórios entre si, a um ou dois conceitos fundamentais, cristalizados como repertório que pode vir a orientar uma prática de pesquisa.

Alguns autores, como Lawrence Grossberg (1998) sugerem que os Estudos Culturais receberam esse tipo de tratamento acadêmico, sendo “disciplinados” na forma de um conjunto de ideias, conceitos e abordagens; foram dotados de uma genealogia, e portanto de uma história acadêmica na qual são indicadas percursos, concentrações de interesses e áreas de investigação. Quando se obtém uma definição – “Estudos Culturais são...” – já se está estabelecendo o que pertence ou não a essa área e nesse movimento, perde-se exatamente a pluralidade indisciplinar de algumas das propostas originais desse campo.

Mas, por outro lado, pode-se questionar o inverso: se não há definição dos Estudos Culturais, do que se está falando quando se usa essa expressão? E essa difusão de área, objeto e métodos não seria, por outro lado, um impedimento à sua aplicação em qualquer instância? Dessa maneira, pode-se sugerir que a disciplinarização dos Estudos Culturais, embora indejesada, foi necessária a partir do momento em que esses estudos se estabelecem como uma forma nova de abordar uma série de fenômenos sociais; a linha demarcatória do que constitui essa novidade, no entanto, não parece ter sido estabelecida de maneira conclusiva, nem mesmo em seus aspectos mais simples.

No espaço acadêmico, os Estudos Culturais ocupam uma posição de referência. Vale lembrar uma distinção que talvez seja importante para se compreender melhor o contexto dos Estudos Culturais. No campo acadêmico anglo-saxão há uma divisão inexistente no sistema universitário brasileiro entre o que são “Arts and Humanities”, que corresponderia aos nossos cursos de Humanas, mas sem as Ciências Sociais, e as “Social Sciences”, que compreenderiam Sociologia, Antropologia e Ciência Política. A diferença reside sobretudo no método: nas “Humanities” há um predomínio do estudo de textos, incluindo sua produção e recepção, a partir de uma perspectiva interpretativo-compreensiva, enquanto nas “Social Sciences” o componente “Science” é sublinhado, procurando uma aproximação com as outras ciências, sobretudo no uso de métodos estatísticos, etnometria, variáveis e outros recursos metodológicos de caráter quantitativo-analítico. Nessa divisão, os Estudos Culturais parecem se aproximar certamente das “Humanities” por conta de suas propostas. Assim, não seria possível pensar neles sequer como uma disciplina, mas como um componente suplementar às perspectivas e abordagens das outras disciplinas – daí o caráter “indisciplinar” dos Estudos Culturais. Que, por sua vez, se tornou uma disciplina em vários cursos.

Se a construção de uma genealogia leva à observação de limites epistemológicos, essas fronteiras se dissolvem quando a discussão deixa o elemento histórico e passa a girar em torno das premissas teórico-metodológicas dos Estudos Culturais: o que estava fixo no discurso histórico torna-se fluido na exposição dos princípios acadêmicos.

Esse é o segundo aspecto a ser discutido: quais são os caminhos de construção da “disciplina” Estudos Culturais?

3. Ambigüidades na doutrina e no objeto

Ao mesmo tempo, essa ausência de uma mínima unidade entre as propostas apresentadas como “Estudos Culturais”, representou um problema constante na definição de práticas epistemológicas ou propostas metodológicas. foi objeto de uma permanente discussão a respeito de seu estatuto acadêmico e epistemológico.

Na visão de Simon During (2005), uma das principais dificuldades para se conceituar o que são Estudos Culturais reside no caráter fluido da maior parte das explicações a respeito de suas premissas básicas. Aliás, explica, parece haver um dissenso no que tange à própria existência de pontos de partida ou referências consensuais sobre o que são Estudos Culturais;

sob outras análises, como a de Couldry (2000) ou de Sardar & Van Loon (1997), não é possível definir “Estudos Culturais” a partir de uma genealogia ou de uma perspectiva metodológica, mas como uma posição teórico-intelectual, mas também política. A partir desse ponto de vista, os Estudos Culturais, por conta mesmo de sua proposta, estariam em constante construção e auto-questionamento de suas práticas. Por sua configuração teórica, os Estudos Culturais seriam uma formação temporária de práticas teórico-epistemológicas e mesmo metodológicas que se desconstrói no momento em que são aplicadas; assim, fazer “Estudos Culturais” significa imediatamente desconstruir os pressupostos nos quais eles se fundam. Como o próprio During (2005) reconhece, é difícil estabelecer quaisquer pressupostos a partir desse tipo de conceituação negativa ou mesmo ausência de conceitos.

Há quem argumente, no entanto, que esse procedimento se perdeu e, com isso, parteda riqueza dos Estudos Culturais. Em seu livro *From revolution to revelation*, Tara Brabazon (2005:39) leva a questão ainda mais longe. Em um capítulo intitulado “Acertando as contas com Birmingham”, critica a falta de engajamento teórico do Centro de Birmingham com as questões políticas e culturais do presente, passando, de certa maneira, a viver de seu reconhecimento acadêmico. Para ela, a importância das pesquisas realizadas no CCCS diminuiu à medida em que seu prestígio aumentou e se fixou como um cânone – não apenas o Centro, mas também alguns de seus intelectuais, especialmente de Stuart Hall. Na opinião da autora, quanto mais se prestava reverência – ela usa a expressão “genuflect”, com conotações religiosas – aos nomes de Williams, Hoggart e Thompson, menos o CCCS produzia pesquisas de relevância contemporânea como havia feito no passado. Escrevendo em 2005, ela afirma que “o CCCS não existe mais. Não existe mais há décadas” (BRABAZON, 2005, p. 39).

A indefinição do referencial teórico

Quais textos pertencem ao cânone dos Estudos Culturais? Um dos caminhos para responder a essa pergunta passaria pela resposta à questão “o que são Estudos Culturais”, e seria possível observar, de posse desses princípios, o quanto um texto tangencia ou pertence a área. No entanto, é exatamente essa uma das problemáticas do tema. Portanto, outro critério é necessário. Uma solução possível é examinar a bibliografia do tema – não *sobre* estudos culturais, mas os textos consensualmente considerados como pertencentes a eles.

Na falta de um critério epistemológico que permita essa identificação clara, tomou-se como objeto duas coletâneas consideradas clássicas que reúnem os principais textos dos Estudos Culturais. São *The Cultural Studies Reader*, editada por Simon During (1993) e *Cultural Studies*, organizada por Lawrence Grossberg *et alli* (1992) – é razoável supor que textos sobre a rubrica “Estudos Culturais” sejam considerados como pertencentes ao cânone. De um total de 80 autores, apenas 13 são apresentados nas duas coletâneas como parte do que se chama “Estudos Culturais”.

Talvez seja interessante, a título de observação, fazer um breve inventário das presenças e ausências nas coletâneas, seguindo algumas considerações de Jameson (1993:10) a respeito da representatividade dos livros.

TABELA 1:

Autores nas coletâneas intituladas “Cultural Studies”

GROSSBERG, L. <i>et alli.</i> (orgs.) <i>Cultural Studies</i> . Londres, Routledge, 1992	DURING, S. (org.) <i>The cultural studies reader</i> . Londres, Routledge, 1993.
Tony Bennett	Ackbar Abbas
Jody Berland	Theodor Adorno / Max Horkheimer
Homi Bhabha	Arjun Appadurai
Rosalind Brunt	Roland Barthes
Angie Chabram-Dernersisian	Tony Bennett
James Clifford	Lauren Berlant
Douglas Crimp	Homi K. Bhabha
Lidia Curti	Pierre Bourdieu
John Fiske	Judith Butler
Simon Frith	Rey Chow
Paul Gilroy	James Clifford
David Glover	Michel de Certeau
Jan Zita Grover	Teresa de Lauretis
Catherine Hall	Richard Dyer
Stuart Hall	David Forgacs
Donna Haraway	Michel Foucault
bell hooks	Nancy Fraser
Ian Hunter	Nicholas Garnham
Cora Kaplan	Stuart Hall
Laura Kipnis	Donna Haraway
Lata Mani	Dick Hebdige
Angela McRobbie	bell hooks
Kobena Mercer	Eric Lott
Meaghan Morris	Jean Francois Lyotard
Constance Penley	Angela McRobbie
Elspeth Probyn	Meaghan Morris
Janice Radway	Hamid Naficy
Andrew Ross	Janice Radway
Marcos Sanchez-Tranquilino	Andrew Ross
Jennifer Slack	Eve Kosofsky Sedgwick
Laurie Whitt	Edward Soja
Peter Stallybrass	Gayatri Spivak
Carolyn Steedman	Peter Stallybrass
Anna Szemere	Carolyn Steedman
John Tagg	Will Straw
Graeme Turner	Michael Warner
Michele Wallace	Cornel West
William Warner	Allon White
Cornel West	Raymond Williams
Janet Wolff	

Certamente, até por uma questão editorial – os dois livros foram publicados pela editora britânica Routledge com um ano de intervalo – é de se esperar que não exista uma repetição extensa de conteúdo nas duas coletâneas. No entanto, se elas servem para indicar ao leitor o que é “estudos culturais”, podem também servir de índice para as questões epistemológicas da área. A presença/ausência de autores associados, na bibliografia corrente, aos Estudos Culturais sugere uma indefinição doutrinária.

TABELA 2:

Autores presentes nas duas coletâneas intituladas “Cultural Studies”

Autores em comum
Tony Bennet
Homi Bhabha
James Clifford
Stuart Hall
Donna Haraway
bell hooks
Angela McRobbie
Meaghan Morris
Janice Radway
Andrew Ross
Peter Stallybrass
Carolyn Steedman
Cornel West

Um inventário comparativo como esse tem um alcance epistemológico limitado, e não pode ser usado senão para um número restrito de inferências. No entanto, ajuda a visualizar a questão da indefinição teórico-metodológica que cerca os Estudos Culturais. Um dos problemas talvez seja exatamente a abrangência. Reunidos, os setenta e oito textos dos dois livros tratam de uma gama variada de assuntos, das representações de culturas “chicanas” até cybercultura, passando pelo uso do grafitti como expressão política e a frequência a centros comerciais. Essa vista panorâmica sugere o que Rajan (2001) sugere: qualquer coisa pode ser “Estudos Culturais”.

Ao que tudo indica, isso se aplica inclusive à inclusão, como “Estudos Culturais”, de textos pertencentes a outros cânones. Nesse ponto, vale lembrar que na coletânea de During estão publicados textos de Adorno e Horkheimer (“A indústria cultural”), trechos das *Mitologias*, de Roland Barthes, um capítulo de *A invenção do cotidiano*, de Michael de Certeau, um de Pierre Bourdieu e uma entrevista de Michel Foucault. A apropriação de textos em um cânone faz parte da própria formação das tradições epistemológicas necessárias

à garantia de legitimidade de uma nova área do saber. No entanto, no caso dos Estudos Culturais, essa apropriação não parece seguir uma construção muito clara, parecendo se orientar mais no sentido de “agregar” do que “articular”.

Se autores diferentes como Bourdieu, Certeau, Foucault e Adorno & Horkheimer podem ser incluídos como em um livro que se apresenta como representativo de uma área, talvez a pergunta com Douglas Kellner (1995) e David Inglis (2007), seja outra: o que *não* pode ser “Estudos Culturais”? O que os separa, por exemplo, dos estudos de Comunicação ou da Sociologia?

Essa questão epistemológica, talvez aparentemente desnecessária quando se pensa a própria pesquisa como construção arbitrária de uma maneira de ver o mundo, torna-se no entanto importante dentro das dinâmicas do campo acadêmico, como lembram, em situações diferentes, Frank Webster (2004), Richard Johnson (1987) e Lúcia Santaella (2001): na hora de apresentar um projeto de pesquisa a uma agência financiadora, o que significa propor como linha teórica “Estudos Culturais”? À qual área temática é necessário se vincular?

Na mesma linha de argumentação, a dificuldade cresce no momento em que, de uma maneira nominalista, seria possível dizer que “Estudos Culturais” são o que se chamar de “Estudos Culturais”. Sem objeto, sem método, mas com uma postura intelectual, um olhar e – talvez aí resida o diferencial – uma concepção ampla da cultura como uma prática cotidiana ligada a um contexto político. Dessa maneira, a partir do exame da gama de objetos estudados no foco dos Estudos Culturais, começa a se delinear no horizonte uma possível singularidade desse tipo de abordagem.

4. A autodesconstrução como proposta

Terry Eagleton (2004:30) aponta que, até os anos 1960, um estudante universitário típico passaria horas escrevendo em uma biblioteca sua dissertação ou tese sobre Yeats ou Eliott e, nas horas de lazer, ouviria música ou iria ao cinema. Atualmente, o pesquisador vai ao cinema ou ouve música como parte das pesquisas para sua tese ou dissertação, acrescenta, talvez não sem alguma ironia. Essa consideração do crítico literário britânico permite entrever, de saída, uma das particularidades dos Estudos Culturais, a inclusão, como objeto legítimo para o estudo acadêmico, das práticas culturais do cotidiano, como ver televisão, assistir a um filme ou ouvir música. Os objetos culturais presentes no cotidiano são eleitos

objetos de estudo, sem serem discriminados pelo fato de terem sido produzidos no âmbito da indústria cultural – ou sem a atribuição a priori de uma qualidade duvidosa apenas por conta de sua origem. Não se trata da integração por conta das qualidades intrínsecas desses objetos, mas é uma decisão ancorada em uma concepção de cultura particular aos Estudos Culturais.

Em uma primeira abordagem, pode-se dizer que os Estudos Culturais veem a cultura como uma prática cotidiana, algo que se faz em vez de algo que se tem. Ancorado nas reflexões de Mellor (1992) e Baetens (2005), é possível dizer que a ideia da cultura é ligada à perspectiva de um processo social, não imune, portanto, às questões políticas e sociais dos universos nos quais os textos da cultura são produzidos/criados e recebidos/consumidos. As oposições e distinções – consumidor/público; produtor/criador; arte/indústria – não são deixados de lado, ao contrário: procura-se compreendê-los e questioná-los sob um olhar crítico interessado em desmontá-los, observar como os sentidos são construídos e apreendidos. No entanto, isso significa reconhecer a validade dessas práticas e produtos como objetos do círculo acadêmico.

No entanto, não demoram para aparecer as primeiras dificuldades desse ponto de vista. Se a cultura pode ser definida como todas as práticas cotidianas, como não confundir os Estudos Culturais com outras áreas, já previamente definidas e estabelecidas? Mais ainda, o que não pertence aos Estudos Culturais? Nesse sentido, o próprio During (2005) oferece algumas pistas ao observar a pluralidade de temas de uma edição aleatória da revista acadêmica *Cultural Studies*: em um único número há ensaios sobre literatura, crítica da mídia, análise dos próprios Estudos Culturais e vários outros trabalhos nos quais se cruzam objetos, metodologias e perspectivas teóricas. No entanto, como lembra Frederic Jameson (1993:3), as definições negativas dos Estudos Culturais, de alguma maneira, se mantêm fiel à proposta original de não se deixar englobar em nenhuma definição rigorosa.

Há um texto de Robert Johnson (1987), publicado no Brasil sob a forma de livro organizado por Tomas Tadeu da Silva, que se propõe a responder algumas dessas questões, intitulado “O que é, afinal, Estudos Culturais?” Seria interessante sublinhar a presença da palavra “afinal”, no título (no original inglês, “anyway”) no título, revelador de uma certa impaciência ante constante indefinição e as ambivalências encontradas na apresentação dos Estudos Culturais. Johnson procura estruturar de maneira coerente os vários textos, enunciados, discursos e práticas acadêmicas que se identificam – ou são identificados – como “Estudos Culturais”. Seria o caso de afirmar, seguindo o pensamento de Judith Butler

(2003:x) e Johnatan Culler (1997) na dissolução dos estudos recentes sobre cultura, que agregam contribuições da sociologia à psicanálise, da semiótica à filosofia, em uma área chamada “teoria”?

Ante essas várias definições, começa-se a amarrar algumas das principais proposições, arrumando-as em um todo coerente de discurso: poderia-se dizer que os vários enunciados flutuantes a respeito dos Estudos Culturais são transformados em um discurso, no qual convivem inúmeras vozes, mas no qual existe uma unidade subjacente, ou pelo menos um grupo de discursos comuns, como identificam Lewis (1997) e Brown (2005).

Em linhas gerais, seria possível observar a predominância de alguns objetos (textos da mídia, produção cultural, práticas cotidianas ligadas à recepção da mídia), certos autores (Williams, Hall, Foucault, Derrida) e algumas grandes áreas de trabalho (estudos de gênero, mídia, juventude, culturas urbanas). No entanto, é possível questionar até que ponto é suficiente ter um grupo difuso de referenciais para constituir uma área.

Além disso, como lembra Brian Longhurst (2002) se os objetos aparentemente vinculados aos Estudos Culturais podem ser satisfatoriamente estudados em seus campos originais do saber – especialmente a Sociologia, a Comunicação, a Literatura e a Antropologia –, qual é o ponto de sua apreensão por uma nova área? Ou, qual a perspectiva teórica nova aberta pelos Estudos Culturais na investigação do objeto, a não ser pela eleição e incorporação de objetos até então relegados pelo campo acadêmico? Essa questão não é respondida na íntegra nem por During (2005) nem por Couldry (2000) nem por Sardar & Van Loon (1997), o que pode levar a se suspeitar de que talvez não exista uma resposta – ou, pelo menos, não tenha sido formulada. Mas pode-se igualmente sugerir uma ligação entre essa disseminação teórico-epistemológica e a perspectiva de dissolução dos Estudos Culturais.

Essa indefinição teórico-metodológica, no entanto, longe de ser um problema, parece de fato se constituir na única definição dos Estudos Culturais. Como recorda Richard Johnson (1987), pode-se compará-los com uma “alquimia”: uma vez codificados, as reações param. E aponta que a disciplinarização seria contrária à “abertura” e “versatilidade” dos Estudos Culturais – ao menos se, voltando o foco para o discurso dos fundadores, for possível observar que enquanto “projeto”, na falta de outra definição, os Estudos Culturais previam sua própria dissolução acadêmica.

Aparentemente, se a partir de uma vista geral é difícil definir o que são Estudos Culturais, quando se observa em um nível mais detalhado torna-se sensivelmente mais difícil

explicar do que se está falando. No item anterior foram destacados alguns problemas metodológico-epistemológicos responsáveis por essa dificuldade; no entanto, essas questões se refletem em problemas de fronteiras e, mais ainda, parecem encontrar algum tipo de prenúcio na própria genealogia dos Estudos Culturais.

Os fundadores ou membros do CCCS não tinham uma formação específica na área de “cultura”. Para ficar apenas com a formação e a atividade profissional dos três mais conhecidos, Williams era professor de literatura, Hoggart era sociólogo, Thompson era historiador. Se havia algo comum, era a preocupação com os problemas da cultura, o que implicava a própria definição do que isso significava, e um certo marxismo heterodoxo, em um diálogo difícil com as linhas “oficiais” do Partido Comunista da União Soviética ou de outros partidos comunistas do resto da Europa – uma heterodoxia doutrinária que encontrará ecos em Gramsci (Turner, 2002; Longhurst, 2002). Além dessa questão em comum, poucos outros elementos poderiam ser agregados a princípio.

Vale lembrar, e esse fato não é muito citado, que os três – especialmente Williams – travava um diálogo crítico constante com outras compreensões vigentes da cultura na Inglaterra dos anos 1950 e 60. Estava em jogo, aparentemente, uma definição de “cultura” criada a partir dos estudos literários devedores de críticos e ensaístas como Arnold, Richards, Leavis e Eliott, que, malgrado as inúmeras diferenças entre si, procuravam manter uma posição no sentido de definir a cultura como algo que se “tem”, enquanto os pensadores que dariam origem ao CCCS procuravam pensar a cultura como prática ou como processo.

Nessa linha de argumentação, é possível dizer que a ruptura epistemológica, ao menos de Williams, Hoggart e Thompson, tenha sido mais com uma tradição britânica nos estudos literários a partir da introdução de uma variável social – não seria o caso de dizer “sociológica”, mas no sentido de agregar um elemento material ligado à História, em um sentido marxista. Nesse aspecto, poderia ser dito que o elemento específico dos Estudos Culturais se define no aporte à cultura como prática cotidiana e produção material.

De certa maneira, essa coerência da autodesconstrução dos Estudos Culturais havia sido pensada por dois de seus expoentes. Em textos a respeito, Williams e Hall pensam, cada um a seu modo, sobre o futuro dos Estudos Culturais.

Em “The Future of Cultural Studies”, Williams (1996) refere-se às atividades desenvolvidas por Hoggart, Thompson e por ele mesmo como um “projeto” vinculado às condições sociais, históricas e culturais específicas, não como uma “escola” ou “disciplina”;

nesse sentido, ele argumenta, os Estudos Culturais tem um “futuro esplêndido” conquanto se mantenham dentro desse espírito de “projeto”, não de mais uma disciplina entre outras. Nascido de necessidades práticas na educação popular, os Estudos Culturais não poderiam perder esse vínculo com a *praxis*. Por sua vez, em um texto de 1996, “Cultural Studies and its theoretical legacies”, Stuart Hall (1996) já pensa em um “legado” não como um acúmulo de experiências anteriores, mas como aberturas para se pensar o contemporâneo, maneiras na qual a genealogia dos próprios Estudos Culturais não seriam uma maneira de indicar uma tradição, mas de mostrar como ela é subvertida.

Mesmo nesse texto, Hall menciona mais a inclusão de temas – as culturas populares, o feminino, a mídia, as práticas culturais – e de autores, sobretudo a inclusão de pensadores como Foucault, Derrida, Bakhtin, Gramsci e Benjamin, que se tornarão referências para uma reflexão cultural dentro da concepção do tema nos Estudos Culturais.

5. Considerações finais

Ao abrir os espaços acadêmicos para as práticas cotidianas, os Estudos Culturais permitiram a articulação da pesquisa universitária com várias formas de experiência contemporâneas que, de outra maneira, continuariam fora dos circuitos legítimos de produção intelectual. De algum modo, a abertura de algumas trilhas ainda nos anos 1950 precipitou a entrada de temas novos a partir dos anos 1970; mais do que temas, modos de reflexão a partir das margens, de espaços que não eram – ou não deveriam ser – associados diretamente a um eurocentrismo.

Dessa maneira, culturas e práticas sociais ligadas historicamente aos grupos marginais foram progressivamente absorvidas pelos Estudos Culturais – não necessariamente pelo CCCS, mas na prática acadêmica. As culturas vinculadas – produzidas/consumidas – por vários agrupamentos sociais ganharam espaço para serem pensadas não apenas como “cultura” em um sentido clássico, mas como elemento de constituição da própria identidade desses grupos. Assim, elementos ligados às culturas jovens, ao feminino, às culturas queer, aos estudos pós-coloniais e, de maneira geral, ao pensamento das margens obteve um espaço para ser pensado academicamente, não apenas em termos de compreensão, mas de prática teórica e ação social.

Seria possível pensar em termos de uma disseminação de algumas concepções básicas dos Estudos Culturais em todo o tecido das ciências humanas, influenciados não por um conjunto de premissas epistemológicas ou por um conceito específico, mas como uma maneira de pesquisar o social de dentro, mas, ao mesmo tempo, com um olhar crítico e questionador das próprias atividades. Se essa premissa pode ser defendida, a dissolução dos Estudos Culturais pode ser entendida no duplo sentido da palavra mencionado no início deste texto – como algo que não é mais discernível porquanto está incorporado ao contexto.

Referências

- BAETENS, J. “Cultural studies after the cultural studies paradigm”, *Cultural Studies*, 19:1, 1 — 13, 2005.
- BRABAZON, T. **From revolution to revelation**. Londres, Ashgate, 2005.
- BROWN, M. “How Is Cultural Studies Anyway?: Evidence, Discipline, and the Iconographical Impulse” **The Journal of the Midwest Modern Language Association**, Vol. 34, No. 3, pp. 54-69, 2001.
- BUTLER, J. **Gender trouble**. Londres, Routledge, 2003.
- COULDRY, N. **Inside Culture: rethinking method in Cultural Studies**. Londres, Sage, 2000.
- DURING, S. **Cultural Studies: an introduction**. Londres, Routledge, 2005.
- EAGLETON, T. **After theory**. Londres, Verso, 2004.
- ESCOSTEGUY, A. “Os estudos culturais”. In: HOHFELDT, A. MARTINO, L.C., e FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação**. Petrópolis, Vozes, 2001.
- ESCOSTEGUY, A. **Cartografias dos Estudos Culturais**, Belo Horizonte, Autêntica, 2001.
- GROSSBERG, L. “The cultural studies' crossroads blues” **European Journal of Cultural Studies**. 1 (65), 1998.
- HALL, S. “Cultural studies and its theoretical legacies”. In MORLEY, D. e CHEN, I. **Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies**. Londres, routledge, 1996.
- HOHFELDT, A. “Teoria da comunicação: a recepção brasileira das correntes do pensamento hegemônico”. In MELO, J. M. **O campo da comunicação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- INGLIS, D. “The warring twins: sociology, cultural studies, alterity and sameness” **History of the Human Sciences** ; 20; 99, 2007.
- JAMESON, F. “On ‘Cultural Studies’” **Social Text**, No. 34. (1993), pp. 17-52.
- JOHNSON, R. “What is Cultural Studies Anyway?”. **Social text**, no. 16, 1987.

KELLNER, D. "Media Communications vs. Cultural Studies: Overcoming the Divide" **Communication Theory**, 5, 2, Maio 1995.

LASH, S. "Power after Hegemony: Cultural Studies in Mutation?" **Theory Culture Society** no. 24, Vol. 55 2007

LEWIS, J. "What counts on Cultural Studies". **Media, Culture and Society**. 19 (83), 1997.

LONGHURST, B. "Introducing and progressing Cultural Studies". **Sociology**, no. 36, 2002.

LOPES, M. I. V. "O campo da comunicação: sua constituição, desafio e dilemas". **Revista FAMECOS** Porto Alegre, nº 30, agosto 2006

MARSH, D. "Sociology and Cultural Studies at Birmingham and beyond" **Cultural Studies**, 19:3,388 — 393, 2005.

MELLOR, A. "Discipline and punish? Cultural studies at the crossroads". **Media, Culture and Society**, no. 14, 1992.

NIRANJANA, T. "Teaching gender studies as cultural studies", **Inter-Asia Cultural Studies**,9:3,469 — 477

PRESTON, P. "The global transportability of cultural studies" **Media, Culture, and Society**, 28, 2006.

RAJAN, T. "In the Wake of Cultural Studies: Globalization, Theory, and the University". **Diacritics**, Vol. 31, No. 3, pp. 67-88, 2001

REDFIELD, M. "Theory, Globalization, Cultural Studies, and the Remains of the University" **Diacritics**, Vol. 31, No. 3, pp. 3-14, 2001.

TURNER, G. **British Cultural Studies**. Londres, Routledge, 1997.

WEBSTER, F. "Cultural studies and sociology at, and after, the closure of the Birmingham school", **Cultural Studies**,18:6,847 — 862, 2004.

WILLIAMS, R. **The politics of modernism**. Londres, Verso, 1990.